

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROEJA**

**POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA
COMO TENTATIVA PARA DIMINUIR A EVASÃO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Margarete Inês Dalcin

Santa Maria, RS, Brasil

2011

POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA COMO TENTATIVA PARA DIMINUIR A EVASÃO

Margarete Inês Dalcin

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista.**

Orientadora: Dr^a Liliana Soares Ferreira

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Educação Profissional integrada
a Educação Básica na Modalidade de Educação de
Jovens e Adultos - PROEJA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA COMO
TENTATIVA PARA DIMINUIR A EVASÃO**

Elaborada por
Margarete Inês Dalcin

Como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Educação Profissional e Integrada a Educação
Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA.**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr^a. Liliana Soares Ferreira
(Presidente/Orientador)

Prof. ^a Roselene Pommer

Prof. ^a Marieli da Silva Marques

Santa Maria, 24 de outubro de 2011.

Dedico esse trabalho
a todos que se empenharam para
que ele se realizasse, em especial
às minhas filhas Lorena e Bruna
pela ajuda e paciência.
A Direção da Escola na qual trabalho e realizei a
pesquisa, pelo auxílio e colaboração.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada
a Educação Básica na Modalidade de Educação de
Jovens e Adultos PROEJA
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA COMO TENTATIVA PARA DIMINUIR A EVASÃO

AUTORA: MARGARETE INÊS DALCIN
ORIENTADORA. DR^a LILIANA SOARES FERREIRA
Santa Maria, 24 de outubro de 2011.

Esse trabalho foi desenvolvido no Curso de Especialização em Educação Profissional e Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA com o objetivo de verificar os motivos referentes à evasão dos estudantes nas quatro etapas séries finais do ensino fundamental na Modalidade EJA, em uma Escola Estadual da Zona Norte do município de Santa Maria, RS. Foi um trabalho que teve como finalidade de buscar possível solução para a evasão, a implantação do PROEJA-FIC (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica de Jovens e Adultos). Essa investigação buscou através da pesquisa documental verificar a quantidade de estudantes matriculados, transferidos, reprovados e de estudantes que concluíram, constatando assim, uma enorme de evasão no decorrente ano (2010). Por meio de pesquisa documental e entrevistas com estudantes evadidos, foi verificando as diferentes situações que se apresentam na história de cada um para abandonem os estudos. A pesquisa aconteceu, pensando na possibilidade de implantação do PROEJA-FIC como caminho para diminuir a evasão, possibilitando a esses estudantes uma perspectiva de inserção no mundo do trabalho com melhor qualidade.

Palavras-chave: Educação. Evasão. PROEJA-FIC.

ABSTRAT

Specialization
Specialization in Professional Education Integrated Education
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

POSSIBILITIES OF IMPLEMENTATION OF PROEJA AN ATTEMPT TO REDUCE THE DROP

AUTHOR: MARGARETE INÊS DALCIN
GUIDANCE: DR^a LILIANA SOARES FERREIRA
Santa Maria, October, 24th, 2011.

This work was developed in the Specialization Course in Professional Education and Integrated Education in order to define the students regarding the avoidance of the night in the final series four stages of primary education, adult education at the Mode in a state school's Northern Zone Santa Maria, RS. It was a work that was aimed to seek possible solution to the dropout, the implementation of Proeja-Fic (National Program for Integration of Professional Education with Basic Education for Youths and Adults). This investigation sought by documentary research to verify the number of students enrolled, transferred and students who fail concluded, noting as well, a huge percentage of dropping out due to year (2010). Through archival research and interviews with students escaped, was checking the different situation that arise in the history of each to leave school. The research took place, thinking about the possibility of Proeja-Fic as a way to reduce the drop, providing a perspective of these students entering the job market with better quality.

Keywords: Education. Evasion. PROEJA-FIC.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 07 |
| CAPÍTULO I: DELINEAMENTO DA PESQUISA | 10 |
| CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 13 |
| 2.1 Educação | 13 |
| 2.2 Evasão Escolar | 15 |
| 2.3 A Educação Profissional no Brasil | 17 |
| 2.4 Proeja | 24 |
| 2.5 Proeja Fic | 27 |
| CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSÃO DA COLETA DE DADOS | 29 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 38 |
| REFERÊNCIAS | 41 |
| ANEXOS | 44 |
| ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 45 |
| ANEXO B – Questões para a Entrevista | 46 |

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa aconteceu partindo da inquietação com a evasão nas quatro Etapas da EJA fundamental séries finais (Etapa 3, 4, 5 e 6) em uma Escola Estadual da zona norte do município de Santa Maria, RS, na qual trabalho. Portanto, não foi uma escolha aleatória, mas advinda da preocupação em encontrar uma possível solução para essa questão.

Refletindo sobre a EJA nesta Escola, almeja-se uma formação que permita a mudança da perspectiva de vida por parte do estudante; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais. Enfim, uma formação plena¹. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral (DOCUMENTO BASE, Ensino Fundamental, 2007).²

Ressalta-se que é necessário refletir sobre as práticas escolares para que o estudante se sinta integrado e com novas perspectivas para o mundo do trabalho. Diante disso, idealiza-se uma instituição escolar estruturada dentro de um processo qualitativo, contínuo e espontâneo, preparando o cidadão socialmente, e não se preocupando apenas com o domínio do saber teórico, mas fazendo valer o seu conhecimento empírico, dando ênfase ao mundo do trabalho.

Entende-se que o jovem e o adulto ao ingressarem no curso da EJA estão querendo, além de conhecer o mundo em que vivem, valorizar as suas experiências em uma escola voltada para a sua realidade. Procuram, assim, encontrar novas possibilidades e perspectivas de um futuro promissor. Com isso, surge a necessidade das escolas assumirem o seu verdadeiro papel na formação integral dos estudantes, buscando uma proposta curricular voltada para a realidade, com conteúdos relevantes, apontando as dificuldades, pois todo o estudante da EJA tem uma caminhada maior que o estudante do ensino regular. O aluno adulto tem muito

¹ Ter uma formação independente, de forma que se valorize o diálogo da realidade e o saber empírico dos estudantes.

² Por isto, parti do suposto, na pesquisa, que a EJA deveria associar-se a Educação Profissional, mas, precisava conhecer a opinião dos sujeitos da escola sobre este tema.

mais experiência de vida e é nesse sentido que a escola deveria tentar se adaptar ao quadro político educacional, ou seja, aprender a pensar, raciocinar de modo convincente, conviver de forma agradável e produtiva, apresentar decisões lúcidas, comportar-se de modo adequado às exigências do próprio aluno.

Neste trabalho a pesquisa documental foi feita através das fichas de matrículas, verificando a quantidade de estudantes matriculados, transferidos e reprovados, bem como a quantidade de estudantes que concluíram a EJA fundamental da escola em questão, constatando assim, a enorme porcentagem de estudantes evadidos durante o período anual avaliado (2010). O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista com 10% de estudantes evadidos, constatando as diferentes situações que se apresentam na história de vida de cada um e que contribuíram para o abandono da escola. As justificativas são as mais variadas: mãe que não encontra com quem deixar os filhos enquanto vão para a escola (chegando, muitas vezes, levá-los para a sala de aula); o cansaço depois de um dia todo trabalhado; gravidez inesperada; não ter horário fixo de trabalho e, mesmo quando têm, muitas vezes são obrigados a ficar até mais tarde, dificultando sua chegada na escola. Também, através das entrevistas foi constatado que eles gostariam de retomar os estudos e, ficaram muito eufóricos com a chance de uma qualificação profissional Proeja Fic.

Buscou-se, através das fontes bibliográficas, a fundamentação teórica para entender os fatores, muitas vezes, externos à escola, mas que elevam a evasão/exclusão a uma realidade que tem suas raízes desde os primórdios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Discutir as causas da evasão na EJA envolve muito mais que apenas a oportunidade educacional através de vagas. Todos os setores da sociedade são protagonistas, direta ou indiretamente, no processo de manutenção ou resignificação do papel da escola na sociedade. Dentro deste processo, cada protagonista tem suas responsabilidades, e ao professor comprometido cabe a consciência crítica de seu papel no compromisso de educar.

Durante as últimas décadas, a educação brasileira passou por diversas modificações, precisando sempre responder aos diversos momentos políticos vividos. Entretanto, a implementação de currículos que efetivamente promovam uma educação de qualidade e que precisa acontecer a valorização de outras aprendizagens que apontem para o desenvolvimento pleno do educando. Hoje, este desejo ainda se configura como uma luta e sabemos, enquanto profissionais da

educação, que só uma educação verdadeiramente pensada para o “homem concreto” não acarretará a evasão.

Através do avanço tecnológico, que está tornando a disputa pelo emprego mais acirrada, com níveis de formação mais elevados, ao buscar uma qualificação profissional, os nossos estudantes passariam a ter mais chance na disputa pelas vagas disponíveis. Portanto, pode-se dizer que uma inclusão vantajosa no mercado de trabalho, exige hoje uma melhor formação geral. Essas exigências fazem com que os jovens e adultos procurem a escola para uma melhor qualificação, mas muitas vezes, não encontram o que procuram, acabando por evadir-se da mesma. Pensando nisso é que a pesquisa, com a possibilidade da implantação do PROEJA-FIC (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica de Jovens e Adultos) como caminho para diminuir a evasão aconteceu, possibilitando a esses estudantes uma perspectiva de inserção no mercado de trabalho com uma melhor qualidade, na escola em questão.

CAPÍTULO I

DELINEAMENTO DA PESQUISA

O objetivo dessa pesquisa foi conhecer as causas da evasão dos alunos do noturno nas quatro etapas das séries finais do Ensino Fundamental na Modalidade EJA em uma Escola Estadual da Zona Norte do município de Santa Maria, onde trabalho, apresentando como possível solução a implantação do PROEJA-FIC. A investigação foi feita com um olhar qualitativo. Primeiramente, para saber qual o real índice de evasão ocorrido no ano (2010) foi feita uma análise documental nos registros de matrículas dos estudantes. Após, na busca de entendimento para compreensão da situação do comportamento desses estudantes, foram questionados 10% dos estudantes evadidos das quatro Etapas da EJA fundamental séries finais da escola pesquisada, procurando saber o que os levaram a abandonar a escola. Entendidos os motivos, foi analisada como uma possível solução a implantação do Proeja Fic como tentativa de diminuir essa evasão. Como diz o Documento Base do PROEJA

Igualmente importante é a implementação de uma política voltada para o atendimento aos jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental e médio na faixa etária denominada “regular”. Esses cidadãos, em geral, não têm nem escolarização mínima nem qualquer tipo de formação profissional, exigidas até mesmo para as tarefas mais simples do mundo do trabalho contemporâneo. Para esse contingente populacional, é fundamental associar a elevação da escolaridade a uma formação profissional, ainda que básica em seu primeiro momento (2007, p.20).

Está na base dessa proposta, o reconhecimento, respeito e diálogo com o saber do estudante trabalhador, o que pressupõe o acatamento de tempos e espaços de aprendizagem diferenciados, bem como processos contínuos de construção coletiva de conhecimentos, valorizando o saber empírico desse estudante. Para tanto é preciso a compreensão da escola como instituição integrante e atuante nas dinâmicas sociais, igualmente necessária a construção de redes de pesquisa que venham dar suporte teórico-metodológico e socializar os conhecimentos produzidos.

Pensar em Educação de Jovens e Adultos no Brasil é compreender um conjunto de relações que estão intimamente ligadas às questões econômicas,

sociais, políticas e familiares. Estas questões, em sua maioria, se refletem em dificuldades de acesso ao ensino e/ou ao abandono dos bancos escolares por parte dos estudantes.

A Escola pesquisada almeja que seus estudantes possuam uma formação voltada para o mundo e para o trabalho, mas que também tenham condições de transformar a sua realidade com consciência. Entretanto, a evasão escolar tem apresentado resultados negativos tornando-se um desafio. Mediante esse contexto sociocultural, existem fatores que favorecem para a ocorrência da evasão como a sobrecarga de trabalho dos estudantes, que com isso já chegam cansados e, muitas vezes, desestimulados pela falta de perspectiva. Chegando à escola, não raramente, encontram-se professores que, não tendo qualificação adequada para trabalhar com a EJA, que é uma modalidade diferente do ensino regular, não transmitem o estímulo necessário e, conseqüentemente, esses jovens e adultos acabam por se evadirem e sem formação educacional e profissional, acabam em subempregos ou sendo excluídos socialmente.

Diante disso, idealiza-se a instituição escolar estruturada dentro de um processo qualitativo o qual visa preparar o cidadão socialmente dentro de aspectos morais e intelectuais, não se preocupando apenas com o domínio de códigos lingüísticos, mas em prepará-los para um mundo através de questionamentos e o desenvolvimento crítico de suas idéias.

Outro aspecto relevante é que a escola apresente a esses jovens e adultos um espaço de (re) construção do conhecimento, levando-se em conta que o sujeito pode interferir na construção desse aprendizado. No processo de construção do pensamento, cada sujeito vai formando um modo para aprender diferentes situações de aprendizagens. Por isso, a educação de jovens e adultos é muito importante para o sujeito que não teve acesso à escolaridade no “tempo próprio”.

Através dessa construção de aprendizado, os estudantes deverão ter uma visão mais ampla das relações sociais e poderão ser capazes de transformar a sua realidade com consciência. Assim, com a possibilidade da Escola oferecer o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica de Jovens e Adultos (PROEJA-FIC) como solução para o problema da evasão.

Segundo a visão de ARROYO (1997, p.23), “na maioria das causas da evasão escolar a escola tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-

se um jogo de empurra”. Sabe-se que a escola atual precisa estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta, e para isso é preciso, professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador. Como diz o Documento Base do PROEJA:

Nesta sociedade, o homem deve ser conhecido como um ser integral, “o qual, no confronto com outros sujeitos, afirma a sua identidade social e política e reconhece a identidade de seus semelhantes, ambas construídas nos processos de desenvolvimento da individualização e da intersubjetividade” (CEFET-RN, 1999, P. 47). Essa concepção de homem resulta em pensar um “eu” socialmente competente, um sujeito político, um cidadão capaz de atuar sobre a realidade e, dessa forma, ter participação ativa na história da sociedade da qual faz parte e na construção de sua própria história (2007, p. 24).

Pensar em EJA no Brasil é entender um conjunto de relações que estão muito unidas às questões sociais, políticas, familiares e econômicas e diretamente ao trabalho. Agregar a elevação da escolaridade à qualificação profissional se apresenta como um fator que oportuniza aos jovens e adultos o acesso aos conhecimentos escolares conjuntamente ao mundo do trabalho como direito de exercício pleno da cidadania. Ainda, no Documento Base do PROEJA, reforça-se a necessidade da integração escolarização-mundo do trabalho, por conta da reflexão:

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (2007, p. 11).

Deve-se, urgentemente, atender esses estudantes evadidos, inicialmente, proporcionando-lhes despertar o interesse para a produção do conhecimento e que os professores consigam, através de um trabalho interdisciplinar, que é uma das propostas do ensino profissionalizante e integrado, melhorar as condições, as ansiedades e expectativas dos estudantes, proporcionando-lhes um futuro mais esperançoso e promissor, através de sua melhor qualificação.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Refletindo sobre a realidade educacional, sobre a prática cotidiana e sobre os problemas que normalmente se enfrenta nas escolas, deparam-se com a difícil constatação de que o paradigma educativo atual³ e sua metodologia tem sido insuficientes para enfrentar a realidade atual. Numa realidade política, econômica e social, onde a exclusão e a opressão não representam situações isoladas, mas um drama planetário, e onde todos os paradigmas epistemológicos estão em colapso, os novos paradigmas só poderão ser pensados a partir de uma (re) construção da prática educativa, considerando as necessidades próprias de um povo oprimido.

2.1 Educação

O conceito de educação engloba ensinar e aprender, ou seja, uma produção do conhecimento. A educação tem nos seus objetivos fundamentais a passagem da cultura de geração para geração. Assim, o ambiente escolar é de extrema importância, pois nele é que se reforçam os valores decorrentes na nossa sociedade. Estes valores devem ser problematizados, já que eles também estão dentro da escola, e esta reflexão é necessária, pois serve para verificar a coerência entre a prática e seus princípios, fazendo com que o aluno se torne consciente dos seus atos, e do importante papel da educação em sua formação integral.

É fundamental que a escola, embora fazendo parte de um sistema social maior, aproveite as contradições existentes na sociedade como um objeto para seu discurso pedagógico. Vale ressaltar que a mudança não é tão simples. Segundo

³ Referindo à pedagogia tradicional, a qual é concentrada na figura do professor. A metodologia decorrente de tal concepção tendo como princípio a transmissão dos conhecimentos através da aula do professor, freqüentemente expositiva, enfatizando a repetição de exercícios através de memorização.

Marques (1989), não basta levar para sala de aula conteúdos selecionada-estrategicamente. É importante que estudantes e professores se modifiquem no cotidiano de suas práticas, e que o ensinar e o aprender sejam um ato de produção de conhecimento.

Educação é muito mais que um simples período, uma tarefa ou ainda um fase pelo qual passamos. A educação é um processo em que o ser humano busca trilhar um caminho para o amadurecimento integral. Este processo não é momentâneo nem passageiro, mas é sim uma dinâmica para ser trabalhada e buscada durante toda nossa existência. Podemos dizer que a educação é muito mais do que vimos nos bancos das escolas, a educação está presente em todos os momentos de nossa vida.

A escola deve ser vista como uma prática primordial para o desenvolvimento do indivíduo num ambiente humano, cultural e social, pois a escola, em geral, não valoriza o conhecimento de mundo do aluno e acaba supervalorizando o conhecimento teórico e científico. Ao contrário, a certeza de que a superação do senso comum passa necessariamente por ele, por sua compreensão crítica, fazem do mesmo o ponto de partida para a prática pedagógica da escola.

Estas reflexões, enfim, destacam a necessidade de professores e estudantes assumirem-se como sujeitos no ato pedagógico, redimensionando práticas baseadas na pedagogia da resposta em função do compromisso com uma concepção libertadora de educação, ou seja, com a construção do conhecimento crítico e, portanto, com a curiosidade, a ética, a criatividade e a estética.

Não há como não repetir que ensinar não é pura transferência mecânica do perfil do conteúdo que o professor faz do aluno, passivo e dócil. Como não há também como não repetir que, partir do saber que os educandos tenham não significa ficar girando em torno desse saber. Partir significa por-se a caminho, ir-se, deslocar-se de um ponto a outro e não ficar, permanecer (FREIRE, 2000, p. 70-71).

Ao definir a educação como um ato de conhecimento, o projeto político pedagógico da escola libertadora deve propor que a curiosidade seja o eixo norteador do processo de ensinar e aprender. Considera-se a curiosidade, como uma necessidade ontológica do ser humano, característica fundamental na busca de saberes que possibilitem a criação e a recriação da própria existência humana. Sob

este enfoque, a curiosidade epistemológica⁴ é o elemento central para viabilizar uma educação emancipatória.

2.2 Evasão Escolar

O tema vem requerendo dos educadores esforços significativos para diagnosticar suas causas, precisar seu significado e sua interpretação. Expressões “evasão escolar” e “exclusão escolar” assumem diferentes sentidos, dependendo do paradigma educacional adotado e do contexto sociopolítico na qual está inserida. Arroyo (2001, p. 21), fala que:

Os conceitos são importantes no ocultamento do real. A evasão sugere que o aluno se evade, deixa um espaço e uma oportunidade. Ele é o responsável pela evasão, e conseqüentemente, pela ignorância e pelos efeitos sociais que lhe acarretará essa sua ignorância ao longo da luta pela sobrevivência.

Fala-se muito de estudante evadido e não de estudante excluído. Fala-se do fracasso do estudante, não do fracasso da escola. O Brasil precisa apresentar quantidades apreciáveis de alunos que freqüentam a escola, poder-se-ia, nesse instante, destacar um dos problemas da EJA, "os números", muitas vezes, fictícios ou tão somente fantasias, com professores não raramente sem qualificação para trabalhar com esses estudantes que trazem conhecimentos que se necessita valorizar. Muitas vezes, esses estudantes chegam desestimulados e com falta de perspectiva e encontram uma escola sem a mínima estrutura física e pedagógica, acabando com isso, desestimulando-se e evadindo.

Na realidade, existe um ciclo vicioso entre professor e estudante e que precisa ser rompido: o professor tende a entrar na sala de aula, cheio de expectativas, mas também repleto de preconceitos, não acreditando que aquele estudante, daquela camada social mais desfavorecida, seja realmente capaz de aprender. De acordo com Oliveira, 2003, p.67:

⁴ A curiosidade epistemológica é a curiosidade própria da consciência crítica, aquela que, não se satisfazendo com as aparências, busca a compreensão dos fatos com maior profundidade. Para Freire é aquela “curiosidade radical de quem busca e de quem quer conhecer” (FREIRE. 2000, p.59).

Cabe ao professor ajudar o aluno, com acúmulo de fracassos escolares, a retomar sua auto-estima e acabar com estratégias ego-defensivas que cria uma distância cada vez maior de seu próprio processo de aprendizagem. É inegável que, quando falamos da realização de qualquer tarefa, a maturidade com que o indivíduo a ela se dedica determina a qualidade do produto da mesma e a eficiência com que é realizada.

Também podemos destacar como fator questionável e determinante para o abandono da escola, a forma como os assuntos são abordados na sala de aula o que evidencia o despreparo da escola e do professor ao receber o aluno e, ainda, uma forte distorção permeia a escola: "O estudante é [...] "escolarizado", a confundir ensino com aprendizagem, obtenção de graus com educação, diploma com competência, fluência no falar com capacidade de dizer algo novo" (GADOTTI, 2003, p. 296).

A "evasão" escolar é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo sistema educacional brasileiro, mais especificamente, pela escola pública. O problema da exclusão social atinge milhões de brasileiros que ainda não se beneficiam do ingresso e da permanência na escola. É de suma importância pensar na modalidade EJA como a busca de um espaço apropriado para quem já ultrapassou a faixa etária correspondente ao ensino fundamental, mas que não recebeu nenhuma formação sistemática, ou que, por algum motivo, se afastou dos estudos, e a eles está retornando.

Nesse momento, faz-se necessário repensar uma nova forma de entender o processo ensino/aprendizagem, com vistas a atender as reais necessidades dos estudantes e garantindo-lhes a apropriação do conhecimento, visando, assim, a integração deste sujeito na sociedade letrada e da qualificação profissional. Trabalhar para que estes jovens e adultos assumam uma postura que oportunize o desenvolvimento de competências e que permitam a estes estudantes avanços qualitativos. Por isso, é preciso rever alguns pontos do sistema de ensino, buscando, quem sabe na história, os motivos que estão contribuindo para o crescimento da repetência e evasão escolar.

Com a finalidade de buscar uma possível solução para a evasão, é que se pensou em verificar com os estudantes evadidos o que os levou a abandonar a escola. Saber, também, se a possibilidade da implantação de um curso profissionalizante estimularia esses estudantes a retornarem à escola.

2.3 A Educação Profissional no Brasil

A educação profissional no Brasil vem desde o período colonial, quando religiosos, com o objetivo de difundir o evangelho e transmitir normas de comportamento, passaram a ensinar os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial. Inicialmente, ensinaram os indígenas e, posteriormente, os escravos negros e alguns poucos trabalhadores livres, empregados em tarefas de direção ou que demandavam de maior qualificação técnica. Neste tempo, então, já realizavam a educação profissional de jovens e adultos. Segundo Cunha (2000, apud MANFREDI, 2003, p. 67-68):

A aprendizagem dos ofícios, tanto para os escravos quanto para os homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações, sem atribuições de tarefas para os aprendizes [...]. Os aprendizes não eram necessariamente crianças e adolescentes, mas os indivíduos que eventualmente demonstrassem disposição para a aprendizagem...

Assim sendo, os jesuítas, além de terem desempenhado um papel importante na catequese e educação dos índios, também construíram escolas para os colonizadores, em especial, para os setores da elite. Passaram haver, portanto, duas escolas diferenciadas. Uma era a destinada aos filhos dos ricos, os quais aprendiam as primeiras letras e não tinham a preocupação com ensino profissionalizante, a eles era ensinado o Latim, o Grego, a Literatura e a Música; e a outra, era a de oficinas destinada aos pobres, mas excelentes lavradores, mineradores, pedreiros, carpinteiros, ourives, ferreiros, ou seja, homens rudes e sem cultura, pela visão das elites, mas sábios na arte do fazer produtivo. Como bem ressalta Cunha (2000, apud MANFREDI 2003, p.71):

Numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhe eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou utilização das mãos [...]. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres.

Baseado no pensamento de Cunha, 2000 (apud MANFREDI 2003) a qual descreve que no campo dos direitos legais, a primeira constituição brasileira, a de

1824, consolidou a garantia do ensino primário gratuito a todos, que foi se ampliando, mas não com o dinamismo que se esperava. Paralelamente, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino independente do secundário e superior, com objetivo específico de gerar força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil. Com o Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, foi instituída oficialmente a educação profissional brasileira. O Decreto-lei nº 7.566, já em suas considerações iniciais, afirma que:

Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime... (FONSECA, 1961)

Estas considerações indicam que essa nova Legislação se dirigia aos filhos daquele grande número de famílias urbanas que sem condições de estudo ou trabalho necessitavam de uma formação profissional que os qualificassem para o mundo do trabalho. Ocorreu, assim, a criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices as quais eram mantidas pela União, sob a supervisão do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que era o encarregado dos assuntos ligados ao ensino profissional não superior, pois não existia o Ministério da Educação. O surgimento das Escolas de Aprendizes e Artífices foi o acontecimento mais marcante do ensino profissional da Primeira República (CUNHA, 2000).

Seguindo as tendências das mudanças na economia, em 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, dessa forma, passam a oferecer formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir de então, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação. O ano de 1942 é também marcado pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), outro espaço de qualificação para o trabalho vinculado aos interesses do capital industrial.

Conseqüência desses novos tempos, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais, ganhando, então, autonomia didática e de gestão, intensificando a formação de técnicos e melhorando as qualidades dos cursos “pelo aumento da produtividade dos recursos e pela maior capacidade de resposta às necessidades locais e regionais” (CUNHA, 2005, p. 135).

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscando diagnosticar e sugerir novos rumos às políticas públicas em matéria de educação. Recomendava que a escola tivesse uma organização democrática. A Constituição de 1934 inaugurou objetivamente uma nova política nacional de educação, ao constituir como competência da União: “traçar Diretrizes da Educação Nacional” e “fixar o Plano Nacional de Educação”. Mas a Constituição de 1937 foi a primeira a tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, estabelecido no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar a execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativas dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento de esse dever e os poderes caberão ao Estado, sobre essas escolas bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb08.htm>>. Acesso em 15 de maio 2011).

Assim, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema em 1942, passa a vigorar uma série de decretos-leis conhecidas como “Reforma Capanema” alterando alguns ramos do ensino (ROMANELLI, 1991).

- Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, regulamenta o ensino industrial;
- Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, regulamenta o ensino secundário;

- Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943: - Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- Decreto-lei 4.481, de 16 de julho de 1942, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI;
- Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro de 1942, amplia o âmbito do SENAI, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca;
- Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro de 1942, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes.

O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial. (ROMAMANELLI, 1991, p. 166-167).

A partir de 1950, a tecnologia educacional começou a ser vista como um dos recursos didáticos na escola. Já na década de 1960, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa começam a revolucionar o mundo em todos os setores, principalmente o campo da educação. Nesta mesma época, Paulo Freire pensava justamente em uma proposta para a alfabetização de adultos, servindo de exemplo para os mais destacados programas de alfabetização do Brasil. Em 1963, Freire é encarregado de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), o convite foi feito pelo Presidente João Goulart e pelo Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos. (EUGÊNIO 2004, p. 42-43). Porém, com o Golpe Militar, o PNAA passou por uma ruptura, pois o pensamento freireano era visto como uma ameaça à ordem instalada, e, assim, o PNAA foi extinto 14 dias após o golpe culminando com o exílio de Paulo Freire.

Em 15 de dezembro de 1967, com a Lei 5379, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que nasceu como continuidade das

campanhas de alfabetização de adultos. De acordo com Eugênio (2004, p. 43) esse movimento

[...] não demonstrava nenhuma preocupação com a formação integral do homem. O MOBREAL assume a educação como investimento, qualificação de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico. A realidade existencial não é questionada.

Até meados de 1980 o Mobral cresceu muito, avançou e derrubou muitas barreiras do analfabetismo, mas, infelizmente, não atingiu os objetivos desejados, sendo considerado ineficiente para os graves problemas educacionais que o país enfrentava, sendo extinto pelo Presidente José Sarney. (Disponível em: <[http://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-ontem-e-
hoje/52171/](http://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-ontem-e-hoje/52171/)>. Acesso em 25 de agosto de 2011).

Em 1978, com a Lei n° 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Esta mudança confere as instituições mais uma atribuição, a de formar engenheiros de operação e tecnólogos. (Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13175>. Acesso em 10 de maio de 2011).

Ainda no ano de 1978, em parceria com a Fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura) e a Fundação Roberto Marinho, na tentativa de dar oportunidades para alunos que não poderiam estar em salas de aula, é lançado o Telecurso 2° grau, como mais uma das manifestações tecnológicas. Em 1981, foi criado o Telecurso 1° grau e, em 1995 foi lançado o Telecurso 2000, visando a uma parcela da população que não havia completado o ensino fundamental ou médio. Junto com ele também foi criado o Telecurso 2000 profissionalizante, ficando no ar até 2008 quando passou por um processo de reciclagem. Atualmente, o Telecurso 2000 passou a apresentar uma nova série do Telecurso Profissionalizante de Mecânica com o auxílio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP), com o auxílio da tecnologia facilitando o aprendizado do jovem e adulto trabalhador.

(Disponível em: <http://www.telecurso2000.org.br/telecurso/index.Html#/main.jsp?lumPageld=40288187141C7E3201141CBAC4D40CB3>. Acesso em 15 de maio 2011).

A Lei 7.44/82 retirou a obrigatoriedade da profissionalização em nível secundário, trocando a expressão de “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”, incorporando mais indecisão do que certezas quanto ao direcionamento pedagógico do ensino de 2º grau já tão contestado em relação à sua identidade e, por fim, contribuindo para a perda da qualidade do ensino da escola pública em geral. De acordo com Lima Filho os argumentos da falta de recursos, as oscilações do mercado de trabalho e o caráter autoritário da Lei 5692/71 não dão conta de justificar a desarticulação por ela provocada na educação brasileira, as quais vão para além das questões de ordem puramente legais e técnicas.

Tais razões devem ser buscadas, não apenas nesses elementos, que poderiam indicar desacertos ou disfunções na execução da lei mas, sobretudo, em sua funcionalidade a objetivos não explicitados, coerentes com a racionalidade tecnocrática do regime político e do modelo econômico vigentes (LIMA FILHO, 2002) .

Com a profissionalização universal e compulsória do 2º grau, imposta pelos militares, todos os estabelecimentos de ensino, que ofertavam o 2º grau, viam-se obrigados a oferecer aos estudantes habilitações profissionais. Diante de tais situações, o governo vê-se obrigado a reorganizar o ensino de 2º grau, o que ocorreu através da Lei 7.044/82. Segundo Manfredi (2002), ocorreu uma desestruturação do ensino técnico nas redes públicas, com exceção da rede federal que possuía autonomia desde 1959.

Com fundamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, a educação profissional passou a constituir-se em uma modalidade que agrega pessoas de diferentes níveis de escolarização. O polêmico Decreto Federal nº 2208/97 ao regulamentar o inciso 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB, constitui, entre outros aspectos, que à Educação Profissional passará a compreender três níveis de ensino: O nível básico, destinado a qualificação de trabalhadores, independente da escolaridade anterior; o técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou vindos do ensino médio; e o nível tecnológico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica para os estudantes egressos do ensino médio e técnico. (Disponível em http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/19394_96.htm. Acesso em 15 de maio de 2011).

O Decreto 2.208/1997 implementou a educação profissional e criou um Programa de Expansão Profissional – PROEP. As ações deles decorrentes ficaram

conhecidas como a Reforma da Educação Profissional. Nesse contexto, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a Concomitante ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico; A outra forma é seqüencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio.

No que diz respeito à Educação Profissional, o Parecer CNE Nº 16/99 - CEB -, aprovado em 05 de outubro de 1999, garante uma prática centrada nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como a liberdade de aprender e ensinar e a valorização dos profissionais de educação dispõem ainda que: “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. (LEI N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A Constituição Federal Capítulo VII, em seu Artigo 227, destaca:

É dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O parágrafo único do artigo 39 da LDB define que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”.

Após oito anos tramitando no Congresso Nacional, trilhando muitos caminhos em seu processo de construção, até conseguir conciliar os interesses de governantes e entidades privadas, finalmente, em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases é aprovada. A Lei 9394/96, nos artigos 37 e 38, tratam diretamente da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que em 2008 altera os dispositivos da Lei nº 9.394, redimensionando institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica incluído pela Lei nº 11.741. (Consultado em 29/09/2011 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11741.htm.)

2.4 PROEJA

O Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação de Jovens e Adultos é uma política pública para os esquecidos, pois existe muita resistência para reconhecer o direito à formação profissional e tecnológica, direito de todo o ser humano. Para o autor, a Teoria da Lógica tem muita culpa, pois sempre pensou em iluminar as mentes e nunca o trabalho como um direito do ser humano. (ARROYO, 2010)

A possibilidade de construção de propostas curriculares de EJA, no ensino fundamental, integradas à perspectiva de formação inicial e continuada de trabalhadores e, também, no ensino médio, integrada à educação profissional técnica, está completamente ampla no Decreto n. 5.840 de 13 de julho de 2006, que cria o Proeja, no qual se explica que:

[...] os cursos e programas do Proeja deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I- ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador (...) (BRASIL, 2006^a).

De acordo com o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio, 2007, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi criado por meio do Decreto nº 5.478/2005, alterado pelo Decreto 5.840/2006, em conjunturas marcadas por intensas mudanças políticas, econômicas e sociais iniciadas na década de 1990. Consideramos o PROEJA um avanço de um decreto voltado a promover a oferta para jovens e adultos nas escolas técnicas federais.

Na trilha dessa vinculação em 2005, por meio do Decreto nº 5.478, foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Posteriormente, em 2006, foi promulgado o Decreto nº 5.840, substituindo o de nº 5.478/2005. A partir do Decreto nº 5.840/2006, o alcance do programa foi ampliado, passando a incluir o ensino fundamental. A abrangência também foi ampliada no que diz respeito à origem das instituições que podem ser proponentes de cursos no âmbito do Programa, permitindo sua adoção pelos sistemas de ensino estaduais,

municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional. Instituiu-se, assim, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (MOURA, 2007).

Esse currículo integrado em que o ensinar e o aprender estão ligados ao simples reconhecimento da aprendizagem pela pesquisa, pela sua compreensão e apropriação do conhecimento, com possibilidade de desenvolver práticas pedagógicas voltadas para uma integração. O currículo para a EJA e para a Educação Profissional é um currículo voltado para pessoas que trabalham ou que querem trabalhar. Como diz Machado:

O desenvolvimento do PROEJA representa, então, uma grande oportunidade para a sua exploração como espaço aberto à pesquisa, à experimentação pedagógica, à produção de materiais didáticos e à formação e a formação de profissionais da educação. Além da mudança conceitual muito profunda que houve na forma de entender da EJA, que resultou na obsolescência do paradigma anterior que informava as práticas do Ensino Supletivo, há o desafio de inovar na Educação Profissional mediante essa combinação curricular (2006, p. 42).

O PROEJA Formação Inicial e Continuada - Ensino Fundamental, como está descrito em seu Documento Base (2007, p. 31-32) tem como objetivo integrar conhecimentos da educação geral com a formação profissional inicial e continuada por meio de metodologias adequadas aos tempos e espaços da realidade dos sujeitos sociais que constituem o público beneficiário. Dessa forma, o grande desafio desse programa é construir uma proposta pedagógica que contemple em sua organização curricular a dimensão do trabalho e a elevação de escolaridade, tendo como referência o perfil dos estudantes e suas experiências anteriores.

Baseada no Documento Base Proeja Ensino Médio, vimos que a concepção de educação do Proeja é de uma educação continuada de cunho profissional, que rompe com a dualidade cultura geral e cultura técnica. A primeira é uma educação acadêmica destinada aos filhos das classes mais favorecidas socioeconomicamente e, a segunda, é uma educação mais instrumental, voltada para o trabalho e destinada aos filhos da classe trabalhadora. O objetivo da formação fundamenta-se na integração entre trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral, contribuindo para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos

sujeitos atendidos pelo programa vinculado às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania.

A proposta pedagógica visa a atender as reais necessidades de todos os envolvidos e oferecer respostas condizentes com a natureza da educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida. (BRASIL, 2007).

Almeja-se uma sociedade que tenha como centro o ser humano e suas relações com o meio ambiente e a natureza, na qual a tecnologia fica submetida à ética. A produção do conhecimento está voltada para a busca de soluções dos problemas da parcela da sociedade menos favorecida na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa.

A organização curricular é uma construção contínua, processual e coletiva que envolve os sujeitos na organização de modelos curriculares e metodológicos, observando as necessidades de contextualização frente à realidade do educando, promovendo o aprendizado no seu cotidiano. Essa concepção permite a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares e a utilização de metodologias dinâmicas, gerando a valorização dos saberes adquiridos em espaços de educação não-formal, além do respeito à diversidade. Segundo Edgar Morin:

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados () Este conhecimento, ao mesmo tempo tradução e reconstrução, comporta a interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do conhecedor, de sua visão do mundo e de seus princípios de conhecimento.e codificados pelos sentidos (2000, p. 20).

Conforme o Documento Base Proeja Fundamental, os tempos escolares e avaliação também são organizados e pensados conforme as especificidades da EJA. Os saberes produzidos fora do espaço formal também são reconhecidos e valorizados. Dessa forma, a avaliação é entendida e desenvolvida de uma forma processual e contínua, visando a (re) construção do conhecimento em coerência com a formação integral dos sujeitos.

Como diz no Documento Base PROEJA Médio em apresentação:

O PROEJA é, pois, uma proposta constituída na confluência de ações complexas. Desafios políticos e pedagógicos estão postos e o sucesso dos

arranjos possíveis só materializar-se-á e alcançará legitimidade a partir da franca participação social e envolvimento das diferentes esferas e níveis de governo em um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social; em um projeto de nação que vise uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

O PROEJA precisa ser um espaço escolar com vida e cultura geral, que contribua para formar sujeitos que sejam dirigentes e não apenas dirigidos. Além disso, necessita estar associado ao mundo do trabalho e precisa se consolidar como um espaço de educação contra a exploração, dominação e alienação, para ter uma emancipação.

2.5 PROEJA-FIC

O objetivo do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (PROEJA FIC), suprimindo a grande demanda de pessoas fora da faixa etária e que não possuem qualificação profissional, dando oportunidade de mobilidade social. Em parceria com a instituição da rede federal, o(s) município(s) ou estado(s) poderão encaminhar projetos para seleção. A formação pretendida necessitará que o educando tenha concluído o equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental, o curso deverá ser estruturado em projeto integrado que considere os componentes curriculares equivalentes aos anos finais do ensino fundamental.

Segundo o Documento Base Fundamental 2007, o PROEJA-FIC tem como princípios básicos a aprendizagem e conhecimento significativo, o respeito ao ser e ao saber do educando, a construção coletiva do conhecimento, a vinculação entre educação e trabalho, a interdisciplinaridade e a avaliação como processo. Sua organização no tempo é de 1.400 horas, sendo que 1.200 horas dedicadas à formação geral e 200 horas para a formação profissional.

A divisão da quantidade mínima de horas para cada uma das formações não tem como objetivo a separação entre os momentos de aprendizagem,

antes busca orientar quanto ao tempo mínimo necessário para que se tenha certa qualidade, tendo em conta algumas especificidades dos componentes, sem se perder a compreensão das relações entre as partes no horizonte da totalidade da formação (DOCUMENTO BASE, 2007, p.38).

Os projetos deverão estar voltados para o educando em idade de ingresso na Educação de Jovens e Adultos, salvo a possibilidade de apresentação de propostas que contemplem públicos específicos da educação especial, da educação do campo, da educação escolar indígena ou do sistema socioeducativo. A referência principal é do Documento Base Fundamental PROEJA, 2007.

Os profissionais envolvidos, docentes, profissionais da educação, técnicos e gestores, deverão ser capacitados em curso de formação continuada. Esses docentes deverão estar preparados para trabalhar com esses jovens e adultos que trazem os seus conhecimentos empíricos. Ressalta-se, ainda, que os cursos de PROEJA-FIC deverão ser certificados pelas instituições da rede federal em conjunto com as instituições de ensino municipais ou estaduais, conforme orientação do Documento Base Fundamental PROEJA, 2007.

CAPÍTULO III

ANÁLISE E DISCUSÃO DA COLETA DE DADOS

Através da análise de dados foi constatado que os motivos são muitos e os mais variados possíveis para que os estudantes evadam da escola. Alguns por não conseguirem emprego, nem ter condições de gerar renda, tornam-se ociosos e sem perspectiva de vida, outros são trabalhadores que enfrentam uma verdadeira maratona para chegar aos seus empregos no horário. Trabalhadores que não têm um horário fixo, muitas vezes, obrigados a ficar até mais tarde, dificultando sua chegada à escola no início da aula. Aspecto compreensível para o estudante trabalhador e que, em alguns casos, não é considerado por alguns educadores da EJA, embora o objetivo principal dessa modalidade de ensino seja o de atender o estudante trabalhador. Há, ainda, jovens de lares desajustados, viciados em álcool e outras drogas; que se prostituem ainda na pré- adolescência e, como conseqüência, é comum a gravidez precoce.

A grande procura nessa modalidade de ensino é por jovens que precisam terminar os estudos para se manterem no mundo do trabalho. Porém, para eles o tempo é a questão principal. Os jovens estudantes buscam na EJA “encurtar o tempo” da escola e obter mais cedo a certificação que necessitam. Entretanto, percebe-se que, na maioria das vezes, não estão amadurecidos o suficiente para “aprender”, em um curto tempo e acabam dispersando-se. Esse fato, às vezes, faz com que adultos que estão dispostos a tal aprendizado venham a se evadir.

Cabe destacar, também, que os alunos evadidos reconhecem a importância do estudo e ficaram interessados com a possibilidade de um curso profissionalizante, entendendo que este seria um caminho para conseguir uma melhor qualificação e, assim, tendo mais oportunidades no mundo do trabalho.

Os resultados relativos à frequência escolar foram condicionados aos estudos da evasão, avanço, transferência e permanência⁵. Baseando-se nos registros de matrículas dos estudantes das quatro etapas séries finais do ensino fundamental da escola estudada o que podemos constatar é o elevado índice de evasão. Verificando

⁵ EVASÃO→ é o aluno que se afasta da escola, sem avisar, ou seja, abandona; AVANÇO→ estudantes que mudam de etapas; TRANSFERÊNCIA→ estudantes que mudam de escola; PERMANÊNCIA→ estudantes que permanecem na mesma série.

assim, a pequena porcentagem de alunos que continuaram os estudos até o final do ensino fundamental. Através da pesquisa documental, observa-se que quanto mais elevada à série, menor é o índice dessa evasão e, conseqüentemente, maior é o índice de aprovação, concluindo que quanto maior é o grau de estudo, maior é a consciência da importância deste.

A pesquisa de campo teve como finalidade identificar os motivos que esses estudantes apresentaram para a evasão. As informações foram obtidas a partir de entrevista com 10% (dez por cento) dos estudantes evadidos das quatro etapas da EJA Fundamental da escola pesquisada. Na questão sobre a importância do estudo, os estudantes foram quase unânimes em afirmar sua importância, mas as justificativas para a evasão foram variadas. Dentre essas se destaca: mãe que não encontra com quem deixar os filhos enquanto vai para a escola, (chegando, muitas vezes, levá-los para a sala de aula); o cansaço depois de um dia todo trabalhado; filhos que assumem o papel de mãe; gravidez inesperada; não ter horário fixo de trabalho e, mesmo quando têm, muitas vezes são obrigados a ficar até mais tarde, dificultando sua chegada à escola, adolescentes vindos do diurno e, na maioria, de famílias desestruturadas e, conseqüentemente, não demonstrando a importância do estudo para o futuro, pois não vislumbram o mesmo.

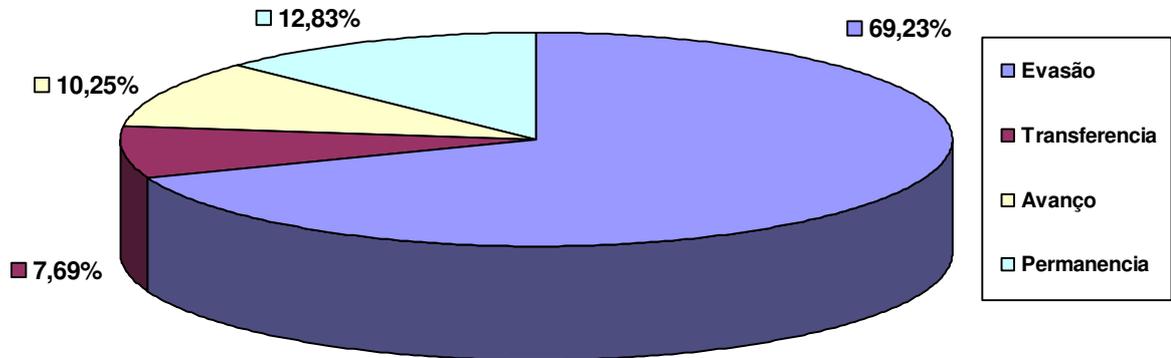
Também, através das entrevistas foi constatado que a maioria gostaria de retornar à escola e, muito mais, se houvesse a chance de ter uma qualificação profissional. Quanto ao relacionamento, um chamou a atenção em especial:

“Muita bagunça, esses alunos pirralhos, que não querem nada com nada, vem só para bagunçar e atrapalhar agente que vem cansada e quer aprender. Não agüentei, minha cabeça doía e por isso eu desisti. Espero que esses guris mal educado deixam a gente estudar. Eu gastaria de voltar porque só assim eu posso melhorar de emprego.”(Q. R. R. Etapa 3).

Nenhum dos entrevistados ouviu falar em PROEJA-FIC, mas se tratando de qualificação profissional, a opinião é de que assim teriam uma oportunidade para melhorar, ou seja, ter qualidade de vida.

Os resultados, representados através dos gráficos abaixo, revelam os índices de evasão, transferência, avanço e permanência, mostrando o total de resultados das quatro etapas.

ETAPA 3



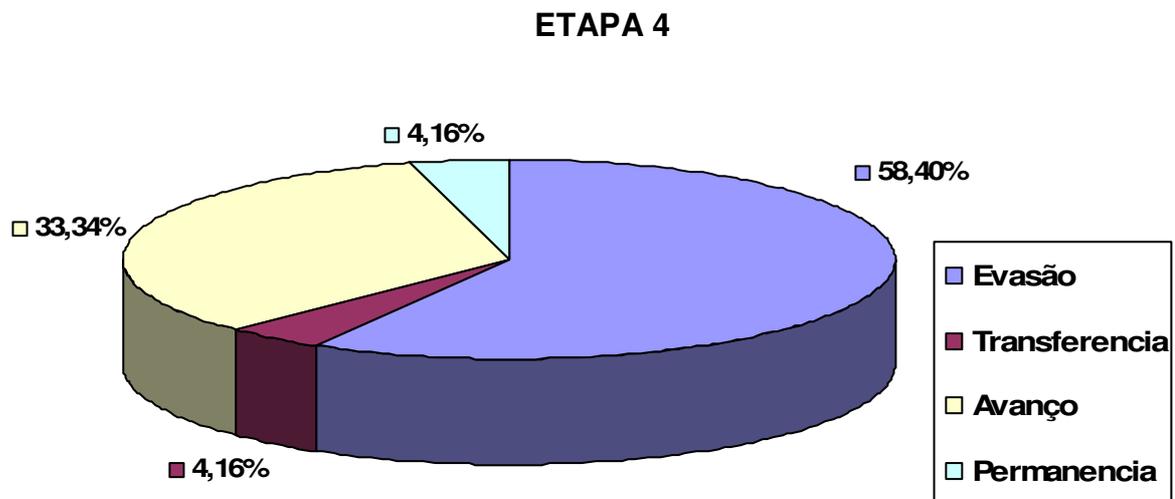
A etapa 3 é a mais preocupante de todas, com um nível de 69,23% de evasão, 12,83% de permanência e 10,25% de avanço. O motivo principal da evasão observado pelas entrevistas dessa etapa é que, a maioria dos estudantes é vinda do ensino diurno, no qual eles não estão adaptando-se já que os mesmos estão fora da idade/série. Entretanto, esses estudantes não estão preparados, não demonstram consciência nem responsabilidade para encarar uma turma de adultos levando, muitas vezes, os alunos adultos a evadirem e, mais tarde, até eles se evadem, voltando somente quando se deparam com a real necessidade do estudo. Percebe-se através das entrevistas:

“O pai achou que eu tinha que vir pra estudar de noite por que de dia não tava dando mais, ele tava cansado de ser chamado no colégio, mas na verdade é que eu não gosto de estudar, mas o pai me obriga, aí eu venho para o colégio, mas muitas vezes não fico na aula ou saio no recreio. Eu e meus amigos vamos prá pracinha ‘zoar as gatinha’ que algumas também matam aula.” (B.O.S. Etapa 3).

Conheço bem essa realidade, pois convivo com esses estudantes nos dois turnos de ensino. Quando estão no diurno não se adaptam, pois já estão cansados de tanta repetência e fora da idade “dita normal” para a série. Na grande maioria esses alunos são de famílias desestruturadas, que não os dão o apoio necessário e a equipe diretiva, juntamente com os colegas, acham por bem, transferi-los para o noturno. Entretanto o docente, em geral, não está preparado para lidar com esse estudante dito “problema”.

Como já foi dito anteriormente, falamos de estudantes evadidos e não de estudantes excluídos, falamos do fracasso do estudante e não do fracasso da escola. Essa concepção de evasão passa a ser entendida como abandono da escola somente por vontade do estudante que não se empenha em continuar os estudos, percebendo-se, assim, que é uma concepção elitista de uma sociedade capitalista. Pretendendo justificar o seu fracasso escolar (repetência, evasão, má qualidade de ensino) coloca as causas tão somente nas diferenças individuais, mesmo que estas sejam provocadas por fatores sócio-econômicos que reforçam as desigualdades e mantém a condição dos excluídos.

No Brasil, a esperança para a diminuição da evasão está na implantação do PROEJA-FIC na escola, pois todos os entrevistados foram quase unânimes em afirmar que se fosse oferecido uma qualificação profissional na escola, eles retornariam, já que só assim teriam condições de ter uma vida mais digna e justa.

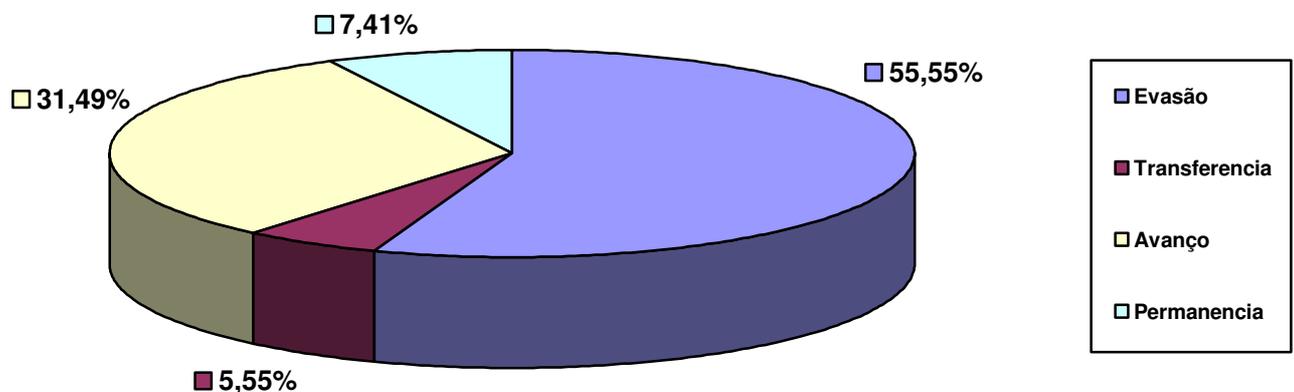


Na etapa 4, o nível de evasão foi de 58,40%, 4,16% de estudantes transferidos, 4,16% de permanência, enquanto 33,34% dos estudantes avançaram. Já nessa etapa, os motivos apresentados para a evasão foram um pouco diferentes. Destaca-se, entre outros motivos, a falta de base da série anterior e a dificuldade no trabalho.

“Eu estava com muita dificuldade em matemática e não tinha tempo de estudar e sou burrinha mesmo. Eu trabalhava o dia todo, vinha direto do serviço pro colégio, ficava muito cansada, não tinha nem vontade de estudar na aula porque já pensava que ia dormi tarde, pois tinha que fazer comida pro outro dia e tinha de levantar sedo de novo, acabei desistindo.” (M.C.S. Etapa 4).

Retomando a fundamentação teórica, percebemos que é de suma importância que a escola aproveite as contradições existentes na sociedade e torne-as um objeto para seu fazer pedagógico. Ressalta-se, todavia, que a mudança não é tão simples. De acordo com Marques (1989) não basta levar para sala de aula os conteúdos selecionados estrategicamente, é importante que estudantes e professores se modifiquem no cotidiano de suas práticas, e que o ensinar e o aprender sejam um ato de produção de conhecimento. Desse modo, salienta-se que é de extrema importância valorizar o saber do senso comum do estudante.

ETAPA 5



Na etapa 5, o nível de evasão foi de 55,55%, 5,55% de transferência, 7,41% de estudantes que permaneceram, enquanto 31,49% dos alunos avançaram. Vemos que, nesta etapa, os estudantes já têm mais consciência e valorizam mais a aprendizagem e, conseqüentemente, a escola.

Os motivos dos levaram os alunos evadirem foram mais voltados a responsabilidade de assumir uma família, como esse da estudante T.M. Etapa 5:

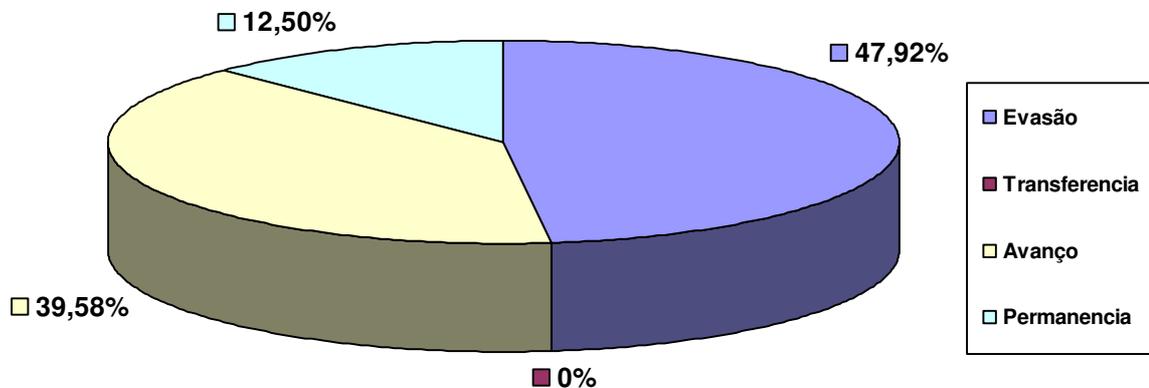
“Tive que deixar de estudar porque a minha mãe morreu e eu é que sou a mais velha e tenho mais sete irmãos pequenos. Um tem só dois anos, e pro pai, que é analfabeto, poder ir catar no centro de noite, eu fico cuidando dos meus irmãozinhos, aí de tarde eu, com dois dos meus irmãos maiozinho, que tinham ido à aula de manhã, vamos catar também. Eu to cansada dessa miséria, mesmo que vem ajuda do “bolsa família”, mais o que a gente cata, dá prá ir sobrevivendo e o meu pai acha que não adianta estudar. Mas agora, se tiver um ensino profissionalizante, meu pai até concordaria e eu teria mais chance de larga essa vida, podendo arrumar um emprego”.

A Constituição Federal Capítulo VII, em seu Artigo 227, destaca:

É dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Será que a sociedade está cumprindo o seu papel? Em um caso assim, o que pode ser feito? O que o professor pode fazer? E a escola? Como vimos na própria entrevista da estudante T.M. Etapa 5, a esperança de conseguir melhor colocação no mercado de trabalho, está na qualificação profissional. Para que consigamos fazer cumprir a Constituição Federal e possamos possibilitar uma melhor qualidade de vida para esses estudantes é que apostamos na implementação do PROEJA FIC em nossa escola.

ETAPA 6

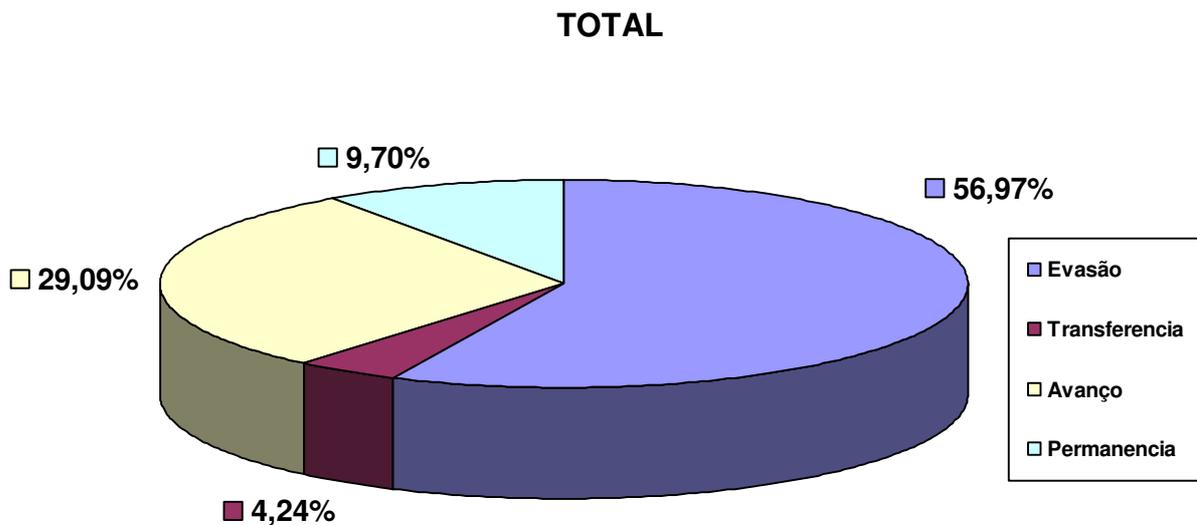


Na etapa 6, o nível de evasão foi de 47,92%, não houve nenhuma transferência, enquanto 7,41% dos estudantes permaneceram e 31,49% dos estudantes certificaram. O que se observou através da pesquisa documental e também das entrevistas é que, como os estudantes já estão próximos da certificação, eles ficam mais aplicados, tanto que o nível de permanência é o mínimo, comparado com as outras etapas. Já, os motivos para a evasão, analisando as entrevistas, foram de cunho familiar como:

“Eu ratiei professora, não me cuidei e a minha namorada engravidou aí eu tive que trabalhar em mais um turno porque, a senhora sabe né? O que eu ganho de auxiliar de pedreiro não é muito e aí de noite eu faço uns bicos em casa particulares. Por isso é que eu fiquei bem feliz que a senhora disse de vir pro colégio um curso que a gente sai com diploma profissional, é DEZ” (E.F.S. Etapa 6).

Teve ainda uma menina que precisou desistir por causa de pressão alta na gravidez, mas gostaria de retornar agora que o nenê já nasceu e a mãe o cuida. Alguns vislumbram ir para o Ensino Médio e, quem sabe, até uma faculdade, algo que não foi cogitado nas outras etapas.

“Possibilidade de retornar é um pouco grande porque aí não precisa fazer nem um curso profissionalizante, que só tem pagando, por daí fazia na escola. Aumenta até a chance de fazer uma faculdade, podendo sair dessa miséria. Um curso profissionalizante seria uma boa”.(S. O. Etapa 6).



O que podemos constatar é um elevado índice de evasão. Verificando, assim, a pequena porcentagem de alunos que continuou os estudos até o final do ensino fundamental. Através da pesquisa documental, observa-se que quanto mais elevada à série, menor é o índice de evasão e maior é o índice de aprovação, concluindo que quanto maior é o grau de estudo, maior é a consciência da importância dele.

Retomando o referencial teórico e lembrando o que diz o Documento Base do PROEJA:

Igualmente importante é a implementação de uma política voltada para o atendimento aos jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental e médio na faixa etária denominada "regular". Esses cidadãos, em geral, não têm nem escolarização mínima nem qualquer tipo de formação profissional, exigidas até mesmo para as tarefas mais simples do mundo do trabalho contemporâneo. Para esse contingente populacional, é fundamental associar a elevação da escolaridade a uma formação profissional, ainda que básica em seu primeiro momento (2007, p.20)

Está na base dessa proposta, o reconhecimento, o respeito e o diálogo com o saber do estudante trabalhador, o seu saber empírico que pressupõe os espaços de aprendizagem diferenciados. Para tanto, é preciso à compreensão da escola como instituição integrante e atuante nas dinâmicas sociais, para dar suporte teórico-metodológico e socializar os conhecimentos produzidos. A Escola pesquisada deseja que seus estudantes possuam uma formação voltada para o mundo e para trabalho, mas que também tenham condições de transformar a sua realidade com

consciência, pois a evasão escolar tem apresentado resultados negativos tornando-se um desafio. Dessa forma, espera-se com este estudo ter contribuído para que a implantação do Proeja Fic ocorra o mais rápido possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dados coletados, observamos que a intensidade da evasão é muito grande na Eja Fundamental da Escola pesquisada, notando-se que a evasão vai diminuindo na medida em que o nível de compreensão dada à importância do estudo aumenta. Quanto mais próximos da conclusão do curso, menor é o índice de evasão, entendendo que esses estudantes vão tomando consciência da real importância que o estudo poderá trazer para eles, isso foi compreendido através das entrevistas. Alguns se revoltam com a condição econômica deficitária e ainda existem outros impedimentos, como as pequenas disponibilidades de horários dos estudantes, pois muitos trabalham na informalidade, outros com cargas pesadas, contribuindo para reforçar essa evasão.

Através do estudo de casos, a investigação desenvolvida com os sujeitos desse processo educativo, o lugar que eles ocupam e suas trajetórias escolares, expectativas em relação à retomada dos estudos, motivos pelo qual levaram a abandonar a escola, mostram-se fundamentais para o enfrentamento desse problema dito “evasão”. Tendo em vista ainda, as inúmeras dificuldades, baixa auto-estima, problemas econômicos, o cansaço e falta de perspectiva de um futuro melhor, são fatores que contribuem para reforçar a evasão.

Chegou-se a essa conclusão sentindo a necessidade de incentivar esses jovens e adultos a vislumbrar uma melhora na profissionalização. Com a auto-estima bem trabalhada esses estudantes comprovam a afirmação de Freire (2000, p. 37) que diz: “A educação problematizadora responde à essência do ser e da sua consciência que é a intencionalidade”. Visando o aspecto qualitativo, os estudantes valorizados sentem-se capazes, e a partir daí começam a ver um novo mundo, porque se vêem competentes. Quando eles se sentem parte, deixando de lado as posturas fatalistas que apresentam a realidade dotada de uma determinação imutável: “nasci pobre; sou burro mesmo; sou cabeça dura para aprender”, entre outras formas com as quais chegam à escola dizendo de si mesmos. A partir do momento que esse estudante passa a acreditar que o mundo é passível de transformação, a consciência crítica liga ao mundo da cultura e não da natureza, explica Freire (2000, p. 56) “Quanto mais cultural é o ser, maior é sua infância”. Assim, como vimos o educando descobrindo-se construtor desse mundo da cultura.

Agregar a elevação da escolaridade à qualificação profissional se apresenta como um fator que oportuniza aos jovens e adultos o acesso aos conhecimentos escolares conjuntamente ao mundo do trabalho como direito de exercício pleno da cidadania. Ainda, no Documento Base do PROEJA, reforça-se a necessidade da integração escolarização-mundo do trabalho, por conta da reflexão:

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (2007, p. 11).

A esperança desses estudantes está na qualificação dos educadores da Eja, que na maioria ainda é da pedagogia tradicional, a qual é concentrada na figura do professor. A metodologia decorrente de tal concepção tendo como princípio a transmissão dos conhecimentos através da aula do professor, freqüentemente expositiva, enfatizando a repetição de exercícios através de memorização não valorizando o seu saber empírico. E na implantação do PROEJA-FIC na escola, pois é com um currículo voltado para pessoas que trabalham ou que querem trabalhar é que vai fazer com que o estudante permaneça na escola. Como diz Machado:

O desenvolvimento do PROEJA representa, então, uma grande oportunidade para a sua exploração como espaço aberto à pesquisa, à experimentação pedagógica, à produção de materiais didáticos e à formação e a formação de profissionais da educação. Além da mudança conceitual muito profunda que houve na forma de entender da EJA, que resultou na absolescência do paradigma anterior que informava as práticas do Ensino Supletivo, há o desafio de inovar na Educação Profissional mediante essa combinação curricular (2006, p. 42).

Na gestão anterior do governo estadual não incentivou e o subsídio para a modalidade de ensino PROEJA era ínfima, sem nenhum projeto concreto de implantação do ensino profissionalizante na rede de ensino estadual no RS. Atualmente, já existem projetos reais que pretendem colocar em funcionamento pleno nas escolas estaduais a modalidade PROEJA beneficiando esses estudantes, dando novas esperanças tanto para o educando quanto para os educadores envolvidos neste processo. Dessa forma, podemos ter uma escola voltada para a realidade do estudante, uma escola que busque encontrar novas possibilidades para a comunidade e onde o aluno tenha perspectivas de um futuro melhor.

Entendendo que o jovem e o adulto, ao ingressar em um curso da EJA, estão em busca de conhecer o mundo em que vivem para poder agir sobre ele com consciência crítica, não podendo dispensar a escolaridade plena voltada para o cotidiano e trabalho e, na maioria das vezes, não é o que encontram. Surge assim, a necessidade das escolas assumirem o seu verdadeiro papel na formação total do indivíduo, buscando uma proposta curricular voltada para as reais necessidades dos estudantes, com conteúdos relevantes, preenchendo as dificuldades dos sujeitos que estão inseridos no processo de aprender. Em outras palavras, a legislação brasileira afirma que

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Constituição Federal, art. 205).

É nesse sentido que a escola e o professor, aos poucos, necessitam adequar-se a esse novo panorama educacional para que o processo do ensino e aprendizagem ocorra com competência, responsabilidade e qualidade, e a qualificação profissional dará a esses estudantes expectativas de um futuro promissor.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G., **Da Escola Carente à Escola Possível**. 5ª Edição. Volume 8. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. Miguel G. Palestra proferida durante o Fórum Regional de Pesquisas e Experiências em PROEJA, realizada no CEFET Minas Gerais de 14 a 16 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eja/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2011.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**.

_____. Leis, Decretos. **Decreto nº 7.566**, de 23 Indústrias: a Conformação do Capitalismo Industrial no Brasil vista através da Educação Profissional, Apud, BRANDÃO, Marisa, op. cit., p. 17.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1,30/12/2008.

_____. Ministério da Educação, **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA. 2006ª.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2 ed. São Paulo, Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

_____. Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília (DF): Flasco. 2000.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC **Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos**. Brasília, 1999.

DOCUMENTO BASE, **Educação Profissional Técnica de Nível Médio** / Ensino Médio, 2007.

DOCUMENTO BASE, **Formação Inicial e Continuada** / Ensino Fundamental, :

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: **Considerações Históricas e Legislativas**. Por Zwinglio Rodrigues. Disponível em <<http://www.blogdokimos.com/educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-consideracoes-historicas-e-legislativas>>. Acesso em: 15 de maio 2011.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. **O Currículo na Educação de Jovens e Adultos: entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PUC/MG, 2004 (Dissertação de Mestrado em Educação).

FONSECA, C. S. da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, MEC, 1961-2, 2 vols.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO Roberto Marinho **Novo telecurso**. Disponível em: <<http://www.Telecurso2000.org.br/telecurso/index.html#/main.jsp?lumPagelId=40288187141C7E3201141CBAC4D40CB3>>. Acesso em 15 de maio 2011.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. Editora Ática – 8ª edição, São Paulo – SP: 2003.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, **Período do Estado Novo** (1937 – 1945). Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb08.htm>>. Acesso em 15 de maio 2011.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa**. Tese (Doutorado em Educação). Florianópolis Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969. 363 p.

MACHADO, Lucila S. PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: MEC. SEED. TV ESCOLA. UM SALTO PARA O FUTURO. **EJA: formação técnica integrada ao Ensino Médio**. Boletim 16. Brasília, setembro, 2006.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, A. **Sujeito e perspectivismo**: seleção de textos de Nietzsche sobre teoria do conhecimento. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

MORAN, José Manoel. **Como ver televisão**: Leitura crítica dos meios de comunicação de massa. São Paulo: Paulinas, 1991.

MORIN, Edgar, 1921-**Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. **Princípios e Métodos de Gestão Escolar Intergrada**. Vol.1. Curitiba: IESDE, 2003.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de; EITERER, Carmem Lúcia (orientadora). **“Evasão” Escolar de Alunos Trabalhadores na EJA**. Faculdade de Educação/UFMG, [19--].

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – 100 anos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13175>. Acesso em 15 de maio 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Simone Valdete dos. **Possibilidades para a EJA, Possibilidades para a Educação Profissional**: PROEJA, UFRGS.

ANEXO

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Prof^a. Dr^a. Liliana Ferreira

Título do Estudo: Evasão

Pesquisadora: Margarete Inês Dalcin

Pesquisadora Responsável: Liliana Soares Ferreira

Telefone para contato: 99633248

E-mail para contato: anailiferreira@yahoo.com.br

Você esta sendo convidado a participar desta entrevista de forma totalmente **voluntária**. O **objetivo** desta entrevista é pesquisar os motivos que levam os alunos da EJA da Escola Estadual de Ensino Médio Dom Antônio Reis a evadirem. Esta pesquisa terá como benefício à tentativa de encontrar possíveis soluções para o problema da evasão.

As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, R.G. _____ concordo em participar desta pesquisa desenvolvida pela pesquisadora responsável.

Assinatura do sujeito de pesquisa

Em caso de dúvidas pode-se entrar em contato com o *Comitê de Ética* localizado na Avenida Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria – 7º andar – Sala 702, cidade Universitária – Bairro Camobi 97105-900 - Santa Maria – RS. Tel.: (55)32209362, e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br, para obter maiores esclarecimentos a cerca do desenvolvimento da referida pesquisa.

ANEXO B - Questões para entrevista**Nome:****Profissão:****Etapa que cursava:**

1- Qual a importância do estudo em sua vida?

2- O que o levou a parar de estudar? Como foi o seu relacionamento, enquanto freqüente, com os professores? E com os colegas?

3- Caso a escola oferecesse um Ensino Profissionalizante, qual a possibilidade de você retornar os estudos?

4- Você já ouviu falar em Proeja Fic? De que se trata?